

Projeto Pedagógico do Curso

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

SALVADOR

2017

RENATO DA ANUNCIAÇÃO FILHO
REITOR

JAQUELINE SOUZA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

ANA RITA SILVA ALMEIDA CHIARA
ANDREA MARIA ROCHA RODRIGUES
CLAUDIA CUNHA TORRES DA SILVA
ISIS CEUTA PINTO ALVES
JAQUELINE SOUZA DE OLIVEIRA
LYGIA G. F. ZIGOLIS FILHA DE OLIVEIRA
MOEMA FERREIRA SOARES BRITO
MONICA SOUZA MOREIRA
THALITA CHAGAS SILVA ARAUJO

Sumário

1.INTRODUÇÃO.....	3
2.JUSTIFICATIVA.....	8
2.2 CORPO DOCENTE E TUTORIA.....	14
3. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	17
3.1 OBJETIVOS DO CURSO (GERAL E ESPECÍFICOS).....	17
3.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	18
3.3 COMPETÊNCIAS.....	18
3.4 REQUISITOS DE ACESSO.....	19
4.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	21
4.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	21
4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	23
4.3 ESTRUTURA METODOLÓGICA.....	27
4.4 COMPONENTES CURRICULARES DE EXIGÊNCIA LEGAL COM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.....	34
4.4.1 Educação das Relações Étnico-Raciais.....	34
4.4.1 Educação Ambiental.....	35
4.4.1 Educação em Direitos Humanos.....	34
4.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	37
4.6 ESTÁGIO.....	38
4.8 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	44
4.8.2 Política de extensão.....	46
4.9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM (TICs).....	47
5. ACESSIBILIDADE.....	48
6. SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	50
7. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	54
7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	54
7.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	54
8. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO.....	55
8.1 COLEGIADO.....	55
8.2 COORDENAÇÃO.....	56
8.3 NDE.....	56
9. INFRA-ESTRUTURA.....	57
9.1 CORPO DOCENTE.....	57
9.2 COORDENADOR.....	57
9.3 EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA (CORES/GRA, SECRETARIA E TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS).....	58
9.4 INSTALAÇÕES.....	58
10.CERTIFICAÇÃO.....	58
11. REFERÊNCIAS.....	59

1.INTRODUÇÃO

O presente Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica, na forma de Programa Especial de Formação Pedagógica, na modalidade à distância, se propõe licenciar docentes, com habilitação na área de concentração do curso de graduação do professor-estudante.

O PPC foi elaborado com base nos referenciais teórico-metodológicos contemporâneos da formação docente, o qual se propõe definir as diretrizes pedagógicas para a organização e o funcionamento do Projeto no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). A referida Complementação Pedagógica destina-se aos professores não licenciados, os quais são portadores de diploma de graduação tecnológica, de bacharelado ou equivalente, em exercício comprovado na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e/ou Rede Pública de Educação Básica.

A Concepção Pedagógica do PPC é a Pedagogia Histórico Crítica, que ratifica a importância de oferecer o saber sistematizado, construído historicamente, aos estudantes: “organizando-o em saber escolar e fazendo as reflexões e críticas necessárias, considerando o senso comum como um lugar de ponto de partida e não de chegada” (IFBA, 2013 p. 41,). A concepção pedagógica adotada permitirá atingir a missão institucional: “promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país”. (IFBA, 2013, p 27)

O IFBA originou-se da Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia no ano de 1909, com cursos de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria. A Escola foi instalada, temporariamente, no centro de Salvador, em 1926 – e, posteriormente, foi transferida para o Bairro do Barbalho.

Em 1937, houve uma mudança de subordinação das Escolas de Formação de Aprendizes Artífices, que estavam vinculadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio e passaram para o Ministério da Educação e Saúde Pública, isso explica a alteração do seu nome para “Liceu Industrial de Salvador”. Nesse espaço de tempo, as citadas Escolas ministravam o ensino profissionalizante de 1º ciclo (ensino industrial básico, ensino de

mestria, ensino artesanal e aprendizagem), que permaneceu até o ano de 1942, quando o Liceu Escola Técnica de Salvador passou a ofertar, simultaneamente, o ensino profissionalizante do 2º ciclo (ensino técnico e ensino pedagógico).

A Instituição, no ano de 1965, passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA). No ano de 1969, as Escolas Técnicas Federais, por intermédio do Decreto nº 547/69- foram autorizadas a oferecer cursos profissionais superiores de curta duração. O CENTEC foi criado pela Lei nº 6.344 de 06 de julho de 1976, como uma Autarquia Federal do Ministério da Educação e Cultura, para ofertar o ensino tecnológico em nível superior.

A primeira sede do CENTEC-BA foi inicialmente na Cidade de Salvador e, no segundo semestre de 1981 foi transferida para Simões Filho, cuja edificação foi preparada especificamente para sediar uma Universidade Tecnológica.

A lei 8711/1993 transformou a ETFBA em Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia(CEFET-BA) e incorporou o CENTEC-BA ao CEFET-BA. Nesse ínterim, ocorreu a expansão do CEFET-BA com a criação e implantação das Unidades de Ensino Descentralizadas – UNEDs: a UNED - Barreiras; a UNED - Vitória da Conquista; a UNED - Eunápolis e a UNED – Valença.

A Lei nº 11892/2008 criou os IFES, os quais incorporaram os CEFET(s), as Escolas Agrotécnicas e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades. O IFBA como todos os outros IFES é uma instituição pluricurricular e multicampi, especializado na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

O Estado da Bahia, segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, em 2015 possuía 15.203.934 habitantes, sendo a quarta maior população do Brasil. As principais atividades econômicas do Estado são a: Indústria, Comércio e Serviços e a Agropecuária, respectivamente.

A Bahia é o quinto maior Estado com a extensão territorial do Brasil e o maior do Nordeste, ocupando uma área de 564.692 km², no qual se identifica três biomas: a Caatinga, a Mata Atlântica e o Cerrado. A miscigenação das raças é a marca característica do Estado: indígenas, europeus e africanos. A Bahia, dentre todos os

Estados brasileiros, tem uma proeminência numérica de negros e mulatos, onde a cultura africana tem grande influência nas artes, na culinária e na religião. E possui o IDH de 0,660 na faixa do Desenvolvimento Humano Médio, ocupando a 22ª posição no Brasil.

A agropecuária, a indústria, a mineração, o turismo e o serviço constituem as principais fontes econômicas do Estado da Bahia, o qual atualmente possui o oitavo maior PIB no País. O desenvolvimento econômico traz benefícios sociais, mas, não sendo completamente sustentável, acarreta alterações socioambientais negativas. Na produção agropecuária, retira-se a cobertura vegetal original, substituindo-a por pastagens e lavouras, acarretando erosão, poluição e contaminação do solo e dos mananciais. O espaço geográfico, na extração mineral, tem o seu arranjo espacial desequilibrado.

As indústrias são responsáveis por grandes impactos ambientais, pois geram matérias biológicas, gases e líquidos os quais poluem os rios, mares, lagos, ar e solo.

Essas atividades econômicas são de suma importância, pois geram empregos e outros bens, não obstante, exigem uma ação do Estado, através da Secretaria de Meio Ambiente, com políticas públicas socioambientais integradas, em prol do desenvolvimento sustentável. O processo migratório foi responsável pela criação de novos centros urbanos. Nesse contexto, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal proporcionou uma melhoria social no Estado, implementando, dentre outras ações, a difusão da Educação Profissional para o interior do Estado.

O IFBA, com o PAC, ampliou a quantidade de campus, em 2008, passando de dois Campi para vinte e quatro Campi em 2016. Atualmente, o IFBA, além da Capital, está presente no Interior do Estado: Barreiras, Brumado, Camaçari, Dias D'Ávila, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Porto Seguro, Salinas das Margaridas, Salvador, Santo Antônio de Jesus, Santo Amaro, Seabra, Simões Filho, Ubaitaba, Valença e Vitória da Conquista.

O crescimento do IFBA, em vista da consecução de sua visão, está regido por uma política expressa no Plano de Desenvolvimento Institucional: ser ampla referência de qualidade de ensino no País, estimulando o desenvolvimento do sujeito crítico, ampliando o número de vagas e cursos, modernizando as estruturas físicas e administrativas, bem

como ampliando a sua atuação no Ensino, Pesquisa, Extensão, Pós-graduação e Inovação Tecnológica.

2.JUSTIFICATIVA

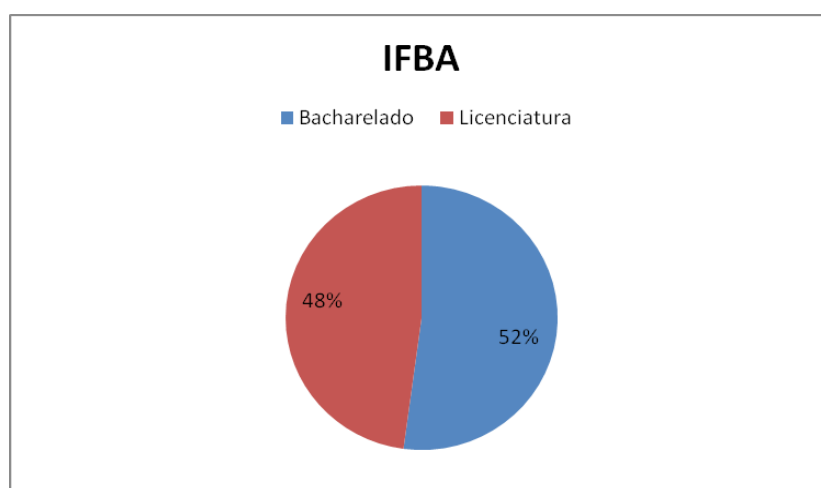
O Censo Escolar de 2015 revelou que 38,7% dos professores, nas escolas públicas brasileiras, não possuem uma habilitação específica para a área em que atuam. Portanto, do universo de 518.313 professores, 200.816 ministram aulas em disciplinas para as quais não estão habilitados.

O Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001-2010 considera a formação docente como um dos maiores desafios a ser superado, através das metas estabelecidas e estratégias de superação. O novo PNE (2014-2024) contempla reiteradamente a questão da falta de formação específica dos professores para atuar em disciplinas, tais como: Matemática, Física, Química, Biologia dentre outras.

A meta 15 do PNE 2014-2024 visa garantir que todos os professores da educação básica sejam formados em curso de licenciatura de nível superior, na área em que atuam. No entanto, um número significativo de professores, em pleno exercício da docência, nos cursos integrados do IFBA, não possuem formação pedagógica específica.

O IFBA conta atualmente com 1.338 docentes, apenas 638 são Licenciados, 699 são bacharéis ou tecnólogos (Figura1).

Figura 1- Gráfico do percentual de Formação Inicial dos Docentes do IFBA



Fonte: PROEN-DSUP -2016

A Missão Institucional do IFBA exige competência técnica e política dos seus docentes, cuja formação deve ser um amplexo de conhecimentos teóricos específicos da área, fundamentos teóricos da Educação e os fundamentos metodológicos.

O ato de Educar vai além da transmissão de saberes historicamente construídos, perpassa necessariamente sobre a reflexão desses saberes em um mundo pós-moderno, onde a proposição é formar um cidadão capaz de atuar e intervir politicamente, ambientalmente, culturalmente e socialmente na sociedade, é a busca de um mundo mais justo e sustentável.

Há de ressaltar que a atuação política citada se refere à visão Aristotélica, que divide a política em ética e em política propriamente dita, sendo a primeira preocupada com a felicidade individual do cidadão na cidade e a segunda tem como seu objeto de atuação a felicidade coletiva. Ou seja, pressupõe a ruptura do individualismo, é pensar no coletivo, em ações que beneficiem a sociedade, é colocar o seu conhecimento em prol do povo.

Cumprir a Meta 15 do PNE 2014-2024 é mais do que uma exigência legal é uma contribuição para a melhoria da qualidade da educação básica brasileira.

2.1 ANÁLISE DA VIABILIDADE ECONÔMICA E SOCIAL

O Deficit de professores licenciados nas áreas que atuam é um problema que deve ser resolvido no Brasil e especificamente no IFBA, portanto o DESUP realizou no ano de 2016 um levantamento de dados, para identificar a formação de cada um dos docentes do IFBA da carreira EBTT. A pesquisa originou os gráficos e tabelas apresentados. Cada campus apresenta uma demanda para atender a formação inicial desses professores, conforme tabela 1e tabela 2.

Tabela 1 - Quantidade de Bacharéis e Licenciados por campus

Campus	TOTAL	Bacharelado	Licenciatura
Barreiras	85	43	42
Brumado	16	14	2
Camaçari	63	31	32

Euclides da Cunha	0	0	0
Eunapolis	81	46	35
Feira de Santana	22	10	12
Ilhéus	39	18	21
Irece	35	20	15
Jacobina	42	26	16
Jequié	39	19	20
Juazeiro	22	10	12
Lauro de Freitas	3	1	2
Paulo Afonso	60	37	23
Porto Seguro	63	38	25
Salvador	412	199	213
Santo Amaro	60	30	30
Santo Antônio de Jesus	0	0	0
Seabra	27	13	14
Simoes Filho	68	44	24
Ubatuba	1	1	0
Valença	65	24	41
Vitoria da Conquista	134	75	59
TOTAL		699	638

Fonte: PROEN-DSUP 2016

Tabela 2 - Formação Inicial dos Docentes IFBA

COMPILAÇÃO - ÁREA			
Curso	TOTAL	Bacharelado	Licenciatura
Administração	37	35	2
Agronomia	6	5	1
Arquitetura	10	10	0
Computação	136	136	0
Contabilidade	2	2	0
Direito	5	5	0
Economia	5	5	0
Educação Física	37	5	32
Enfermagem	19	19	0
Engenharias	357	308	49
Farmácia	1	0	1
Filosofia	34	10	24
Fisioterapia	1	1	0
Geologia	12	12	0
	5	4	1
	3	3	0
	19	6	13
	603	110	493
Psicologia	10	9	1
Radiologia	4	4	0
Sociologia	41	10	31
Turismo	5	5	0

Considerando as peculiaridades da formação em Licenciatura para professores não licenciados em exercício no Instituto, uma vez que os professores do IFBA já possuem longa experiência prática, foi realizado pelo Departamento de Ensino Superior da Pró-Reitoria de Ensino do IFBA um levantamento diagnóstico, que utilizou como instrumento metodológico a escuta sensível através de um questionário. A estrutura do questionário foi construída considerando o repertório de informações e habilidades previsto para o egresso do curso de Licenciatura segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os professores indicaram no questionário o seu conhecimento sobre os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do ensino, sobre a gestão e organização das instituições de educação básica e da educação brasileira, sobre as determinações legais concernentes à educação, entre outras questões relacionadas à docência na Educação Profissional e a organização do trabalho educativo. A escuta sensível foi a referência para a construção da proposta curricular aqui apresentada.

O Curso de **Formação Pedagógica** é voltado para Graduados não Licenciados – professores que possuem bacharelado na área e lecionam nos cursos integrados e subsequentes nas áreas propedêuticas; bem como para bacharéis/tecnólogos que lecionam disciplinas técnicas nos cursos técnicos e superiores de Licenciatura.

O curso será ministrado a distância com encontros presenciais, utilizando a plataforma Moodle e tem os gastos detalhados na tabela 3.

Tabela 3 - Orçamento

Nº do ITEM	IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS	UNIDADE E DE MEDIDA	QUANTIDADE	ESTIMATIVA DE CURSO Valor Unitário Valor Total
DIÁRIAS				

1	Passagens Rodoviárias	Unidade	120	R\$ 150,00	18.000,00
1	Pagamento de diárias para os profissionais (professores, tutores, técnicos, coordenadores, coordenadores adjuntos, motorista e colaboradores) nas visitas, encontros presenciais, avaliações, seleções e demais ações voltadas para oferta dos cursos do convênio	Unidade	60	R\$ 177,00	10.620,00

Sub-Total: 28.620,00

SERV. DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA

1	Contratação de pessoal para suporte a customização de ambientes virtuais de aprendizagem	Pagamento	3X	R\$ 10.000,00	R\$30.000,00
2	Contratação de pessoal para constituição de equipe de Apoio que atuará no suporte a produção de material didático, atividades de TI e apoio administrativo.	Pagamento	1x	R\$ 90.000,00	R\$90.000,00
3	Contratações de Tutores a Distância	Pagamento de bolsa	9x	R\$ 760,00	R\$ 6.840,00
4	Contratações de Tutores Presenciais	Pagamento de bolsa	9x	R\$ 760,00	R\$ 6.840,00
5	Contratações de Prof. Formadores a dist. Pedagogo	Pagamento de bolsa	16x	R\$ 1.300,00	R\$ 20.800,00
	Contratações de Professores	Paga-	24 x	R\$ 1.300,00	R\$ 31.200,00

	Formadores a dist. em área específica	mento de bolsa			
	Contratação de Coordenador do Curso	Pagamento de bolsa	1x	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
	Contratação de Coordenador de Tutoria	Pagamento de bolsa	1x	R\$ 1.300,00	R\$ 1.300,00
Sub-Total: R\$188.280,00					
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS					
1	Encargos para Contratação de Pessoal para constituição de equipe de Apoio que atuará no suporte da produção de material didático, atividade de TI e apoio administrativo	Pagamento	1x	R\$6.000,00	R\$6.000,00
Sub-Total: 6.000,00					
SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA					
1	Aluguel de Veículos para proporcionar visitas, encontros presenciais, avaliações, seleções e demais ações voltadas para oferta dos cursos do convênio. (aluguel de veículo com motorista e combustível Inclusive)	Unidade	100	R\$ 200,00	R\$2.000,00
2	Despesas com postagens para ações voltadas para os cursos financiados	Unidade	500	R\$ 10,00	R\$ 500,00
3	Reprodução de Material Didático/Impressão de	Unidade	480	R\$ 40,00	R\$ 19.200,00

	Material Pedagógico para os cursos				
4	Reprodução de material Didático/Reprodução de mídias para os cursos	Unidade	480	R\$10,00	R\$ 4800,00
5	Reprografia/Despesas de reprografia para os cursos	Unidade	24.000	R\$ 0,20	R\$ 480,00
Sub-Total: 26.980,00					
MATERIAL DE CONSUMO					
1	Aquisição de tonner, cartuchos, papel, caneta, lápis, pastas e material de expediente em geral para proporcionar a execução das atividades dos cursos	Unidade	14	3.000,00	42.000,00
Sub-Total: 42.000,00					
TOTAL: 291.880,00					

2.2 CORPO DOCENTE E TUTORIA

A tabela 04 descreve a quantidade de tutores a distância, tutores presenciais, professores formadores pedagogos e com formação específica em área determinada, necessárias para o funcionamento do curso. Há de se ressaltar que o levantamento realizado junto aos professores bacharéis não licenciados do IFBA denotou que existem seis áreas específicas, que são: Engenharia, Humanas, Computação, Saúde, Ciências da Natureza e Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 04

Ciclo Um	Tutor a Dist.	Prof. Formador a dist. esp. área	Prof. Formador a dist. Pedagogo	Prof. Formador a dist Libras	Tutor Presencial
----------	---------------	----------------------------------	---------------------------------	------------------------------	------------------

- O contexto do curso: introdução a EAD	3	-	1	-	3
Gestão em educação		-	1	-	
OEB: pensando a Educação Profissional		-	1	-	
Fundamentos da educação		-	1	-	
Atividades em Exercício do Ciclo Um		-	1	-	
Subtotal	3	-	5	-	3
Ciclo Dois	Tutor a Dist.	Prof. Formador a dist. esp. área	Prof. Formador a dist. Pedagogo	Prof. Formador a dist Libras	Tutor Presencial
Práxis Pedagógica do professor EBTT (especialista por área)	3	6	-	-	3
Currículo e a prática do professor EBTT		-	1	-	
Educação e contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT		-	1	-	
Tecnologias aplicadas a Educação		6	1	-	
Avaliação do processo ensino-aprendizagem na Educação Profissional		6	1	-	
Atividade em Exercício		6	1	-	
Subtotal	3	24	5	-	3
Ciclo Três	Tutor a Dist.	Prof. Formador a dist. esp. área	Prof. Formador a dist. Pedagogo	Prof. Formador a dist Libras	Tutor Presencial
Libras	3	-	-	1	3
Educação inclusiva		-	1	-	
Tópicos Especiais em Educação		-	1	-	
Pesquisa em Educação		-	1	-	
Atividade em exercício		6	1	-	
SubTotais	3	6	4	1	3
TOTAL	9	24	13	1	9

3. CONCEPÇÃO DO CURSO

3.1 OBJETIVOS DO CURSO (GERAL E ESPECÍFICOS)

A Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica tem como objetivo formar para o exercício do magistério na Educação Profissional, na forma da lei¹, o professor não licenciado, ocupante de cargo efetivo da carreira EBTT, em exercício nas diferentes etapas, formas de ofertas e modalidades da educação profissional e tecnológica do Instituto Federal da Bahia, possibilitando percursos de formação que integrem a formação pedagógica, a vivência do professor-cursista nas esferas da docência e a formação específica em nível de graduação tecnológica ou bacharelado que o professor-cursista já possui.

São objetivos específicos do curso:

- Desenvolver atitudes favoráveis para a formação para o exercício da docência pautado nas exigências éticas, na construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária e na relevância social dos conhecimentos no campo específico da Educação Profissional.
- Possibilitar a compreensão do professor-cursista, de maneira sistêmica, sobre os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação e as abordagens teórico-metodológicas do ensino.
- Promover uma visão holística dos processos educativos e das instituições de educação básica.
- Proporcionar situações que permitam ao professor-cursista agir com postura investigativa nos diferentes espaços da sua prática.
- Estabelecer relações entre a formação específica em nível de graduação tecnológica ou bacharelado que o professor-cursista já possui e os conhecimentos pedagógicos no campo específico da Educação profissional.

¹ Lei 9394/96; Resolução CNE/CP n.02/2015

3.2 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O egresso da Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do IFBA terá o perfil de educador crítico, ético e comprometido com a sua atuação docente, sua trajetória profissional e a promoção da educação para e na cidadania. Com uma sólida formação interdisciplinar, envolvendo adequada fundamentação teórica e prática, o profissional egresso será capaz de integrar em sua prática profissional “os conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação e da educação profissional, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo”². Os aplicará com postura crítica, em prol da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes modalidades e níveis de ensino da educação profissional, demonstrando consciência da diversidade, com uma práxis educativa dinâmica, ativa e propositiva.

O egresso da Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica do IFBA será capaz de integrar a teoria e a prática entre diferentes saberes, atuando nas esferas da docência, da gestão de processos educativos e na organização e gestão institucional, no desenvolvimento da Pesquisa e Inovação e Extensão Tecnológica.

3.3 COMPETÊNCIAS

O curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica do IFBA, deve assegurar uma formação profissional e humana, academicamente e socialmente referenciada, necessária ao egresso para atuar na docência da educação profissional. Ao final do curso, considerando o artigo 8º da Resolução CNE/CP n.02/2015, o egresso deverá, portanto, ser capaz de:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

² De acordo com o artigo 8º da Resolução CNE/CP n.02/2015 (Brasil, 2015)

- II - compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;
- VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;
- VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;
- IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;
- X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;
- XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;
- XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

3.4 REQUISITOS DE ACESSO

O ingresso no curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica do IFBA será através de processo seletivo simplificado regido por edital próprio a ser publicado pela PROEN/IFBA. Poderão participar do processo seletivo simplificado os professores

não licenciados ocupantes de cargos efetivos da carreira EBTT em exercício nas diferentes etapas, formas de ofertas e modalidades da educação profissional e tecnológica do Instituto Federal da Bahia.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 ESTRUTURA CURRICULAR

A proposta curricular do curso de formação pedagógica para bacharéis não licenciados do IFBA foi elaborada considerando as disposições da Lei 9394/96 (LDB), com as alterações incorporadas até aqui, do PNE – Plano Nacional de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, do Decreto nº 8752/16, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, da Resolução CNE/CP n.02/2015, que estipula as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores, do Projeto de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Político Pedagógico do IFBA. Para a construção do desenho curricular tomou-se como referência os núcleos de formação apresentados na Resolução CNE/CP n.02/2015, artigo 14, a saber:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;

II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino;

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular;

Os estudos e conteúdos previstos nos Núcleos serão tratados ao longo de três Ciclos, que correspondem cronologicamente aos semestres letivos. O curso tem carga horária total de 1100 horas, distribuídas em:

- 13 (doze) componentes de aprofundamento teórico-conceitual, totalizando 570 horas;

- 3 (três) componentes de atividades em exercício (300h), que correspondem aos estágios curriculares;
- O Projeto de Intervenção (30h), apresentado ao final do ciclo três como Trabalho de Conclusão de Curso;
- As Atividades Complementares Curriculares (200h), que correspondem ao núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

A divisão de carga-horária do curso, considerando as atividades práticas desenvolvidas desde o primeiro Ciclo, é a seguinte:

Ciclo Um: Ciclo Contextual

Movimento Investigativo do Ciclo Um: A organização da Rede Federal de Ensino.

210h de atividades de aprofundamento teórico-conceitual, distribuídas em 4 componentes curriculares.

100h de atividades em exercício

Ciclo Dois: Ciclo das Práticas

Movimento Investigativo do Ciclo Dois: Os espaços da Prática Docente do professor EBTT.

210h de atividades de aprofundamento teórico-conceitual, distribuídas em 4 componentes curriculares.

100h de atividades em exercício

Ciclo Três: Ciclo Integrador

Movimento Investigativo do ciclo 3: Intervenções possíveis nos Espaços da Docência

150h de atividades de aprofundamento teórico-conceitual, distribuídas em 3 componentes curriculares.

30h de Projeto de Intervenção.

100h de estágio de atividades em exercício.

200 h de Atividades Curriculares Complementares

4.2 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Tabela 1

Ciclo Um	Créd	C.H	C.H	C.H
		Teórica	Prática	Total
O contexto do curso: introdução a EAD	2	15	15	30
Gestão em educação	4	45	15	60
OEB: pensando a educação profissional	4	45	15	60
Fundamentos da educação	4	45	15	60
Atividades em Exercício do Ciclo Um	6	15	85	100
Totais	20	165	145	310
Ciclo Dois	Créd.	C.H	C.H	C.H
		Teórica	Prática	Total
Práxis Pedagógica do professor EBTT	4	30	30	60
Currículo e a prática do professor EBTT	3	30	15	45
Educação e contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT	2	15	15	30
Avaliação do processo ensino- aprendizagem na Educação Profissional	15	30	15	45
Tecnologias aplicadas a Educação	2	15	15	30
Atividade em Exercício	6	15	85	100
Totais	20	135	175	310
Ciclo Três	Créd.	C.H	C.H	C.H
		Teórica	Prática	Total
Libras	4	30	30	60
Educação inclusiva	3	30	15	45
Tópicos Especiais em Educação	3	30	15	45
Pesquisa em Educação Profissional (TCC/Projeto de Intervenção)	2	15	15	30
Atividade em exercício	6	15	85	100

ACC	-	-	-	200
Totais	18	120	160	480

Quando considerados os núcleos de formação apresentados no artigo 14 da Resolução CNE/CP n.02/2015, os componentes do curso podem ser apresentados da seguinte forma:

Núcleo de estudos de formação geral	
Componente	Carga horária
OEB: pensando a educação profissional	60h
Gestão em educação	60h
Fundamentos da Educação	60h
Currículo e a prática do professor EBTT	45h
Educação e contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT	30h
Libras	60h
Educação inclusiva	45h
O contexto do curso: introdução a EAD	30h
Total	390h
Núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional	
Componente	Carga horária
Práxis Pedagógica do professor EBTT	60h
Avaliação do processo ensino-aprendizagem na Educação Profissional	45h
Tecnologias aplicadas a Educação	30h
Tópicos Especiais em Educação	45h
Pesquisa em Educação (TCC/Projeto de Intervenção)	30h
Atividade em exercício do Ciclo Um	100h
Atividade em exercício do Ciclo Dois	100h
Atividade em exercício do Ciclo Três	100h
Total	510h
Núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular	
Componente	Carga horária
ACC	200h
Total	200h
CH total do curso	1100h

**CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

CICLO 1

CICLO 2

CICLO 3

O contexto do curso:
Introdução a EAD
CH 30

Práxis Pedagógica do
professor EBTT
60

LIBRAS
CH 60

Gestão em educação
CH 60

Currículo e a prática do prof.
EBTT
CH 45

Educação inclusiva
CH 45

OEB: pensando a educação
Profissional
CH 60

Educação e Contemporaneidade:
Cenários da prática do professor
EBTT
CH 30

Tópicos Especiais
em Educação
CH 45

Fundamentos da educação
CH 60

Tecnologia aplicada
a Educação
CH 30

Pesquisa em Educação
TCC/Projeto de Intervenção
CH 30

Atividades em Exercício do
Ciclo 1
CH 100

Atividades em Exercício do
Ciclo 2
CH 100

Atividades em Exercício do
Ciclo 3
CH 100

AACC
CH 200

Total Ciclo 1 CH 310
Total Ciclo 2 CH 310
Total Ciclo 3 CH 480
TOTAL: CH1100

4.3 ESTRUTURA METODOLÓGICA

A metodologia do curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica do IFBA baseia-se em uma proposta de **mediação pedagógica** que segue uma abordagem de caráter **sócio-interacionista** compreendendo a construção de conhecimento como uma ação rica quando realizada entre sujeitos (professores-cursistas, professores dos componentes curriculares, tutores presenciais e a distância e coordenador) e mediada pelos elementos tecnológicos. A reflexão sobre a escolha de técnicas e a adaptação do material impresso e tecnológico em curso a distância oferece às tecnologias o lugar do “olhar acadêmico” porque são estruturantes e organizadoras da ação formadora e das aprendizagens.

O curso será estruturado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem, cujo recurso utilizado será a plataforma “Moodle” e outras formas de interação nos espaços virtuais abertos pelas tecnologias de informação e comunicação. O Ambiente Virtual de Aprendizagem reunirá as principais mídias e mecanismos de comunicação envolvidos, possibilitando o registro completo das ações desenvolvidas por alunos e professores e permitindo aos demais sujeitos acessá-las e analisá-las a qualquer momento para fins de acompanhamento e avaliação. Está prevista também a realização de 2 (dois) encontros presenciais por Ciclo nos polos regionais, sempre na oportunidade da realização do Seminário de Abertura, que será o momento de apresentação do movimento investigativo e das atividades previstas para o Ciclo, e do Seminário de Encerramento, momento de avaliação dos componentes e das vivências do Ciclo.

O processo de mediação pedagógica neste projeto, considerando as especificidades de um curso de formação de professores não-licenciados, envolverá os seguintes sujeitos: Tutores a Distância, Tutores Presenciais, Professores Formadores a Distância com formação em Pedagogia, Professores Formadores a Distância com formação em área específica da graduação inicial dos professores-cursistas, Coordenador do Curso, Coordenador de Tutoria. Cada uma desses sujeitos desenvolverá atribuições específicas para a condução do curso:

Professores Formadores a Distância (formação em Pedagogia e Formação em área Específica):

- Produzir material didático, definindo atividades interativas do processo de ensino-aprendizagem para sua disciplina.
- Discutir e elaborar o plano de curso do componente curricular;
- Interagir com o grupo de trabalho multidisciplinar para a proposição de suporte multimidiáticos para o componente curricular;
- Sugerir uma agenda de trabalho para nortear a interação e dedicação dos alunos;
- Propor atividades a distância que favoreçam a autonomia e colaboração visando a aprendizagem entre os sujeitos;
- Desenhar a estrutura de avaliação para seu componente curricular, contemplando avaliações presenciais e a distância;
- Interagir com os tutores a distância e presenciais, e com o professor coordenador de de tutoria, nos casos em que isso seja necessário;
- Participar das atividades presenciais previstas nos Pólos, caso seja necessário.

Tutores a Distância:

- Acompanhar e intervir nas atividades online propostas e avaliar os trabalhos dos alunos;
- Atender aos questionamentos dos alunos e auxiliá-los no desenvolvimento das atividades e consecução dos objetivos do curso;
- Estabelecer contato direto com os demais sujeitos do processo de mediação para troca de informações, experiências e solução de problemas;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, com a formação de grupos de estudos online, caminhando em direção à construção de comunidades de aprendizagens on-line;
- Articular a participação dos estudantes do curso em eventos online;
- Interagir com os tutores presenciais no acompanhamento do aluno e outras questões teóricas;

- Interagir com o professor formador da disciplina e com o coordenador de tutoria, se existente.
- Participar dos encontros presenciais nos Pólos Regionais Presenciais.

Tutores Presenciais:

- Prestar informações aos alunos sobre a organização e estrutura do curso;
- Acompanhar encontros presenciais e avaliações durante os seminários de abertura e encerramento;
- Fomentar condições para que os estudantes possam organizar os seus estudos, como a formação de grupos de estudos presenciais;
- Discutir, com os professores formadores e a coordenação do curso, estratégias de permanência de alunos em potencial de evasão.
- Emitir relatórios periódicos sobre o processo de mediação presencial para o coordenador do pólo, coordenadores de curso e professores formadores;

Coordenador do Curso

- Fomentar condições para o bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos do curso.
- Supervisionar e articular as atividades desempenhadas como mediação a distância, orientações e avaliações.
- Acompanhar o trabalho dos tutores e dos professores formadores.
- Propor estratégias de permanência de alunos em potencial de evasão.

Coordenador de Tutoria

- Coordenar a mediação online, acompanhando as atividades dos tutores a distância e dos alunos das disciplinas;
- Avaliar o trabalho de mediação a distância e atuar no sentido da correção dos problemas detectados;

- Interagir com o professor formador e com os tutores presenciais, agilizando a comunicação e a troca de informação entre esses sujeitos pedagógicos;
- Interagir com os tutores presenciais nos aspectos relacionados às disciplinas.

A interação entre os sujeitos mencionados se dará por meio de mediações online e presenciais, envolvendo as atividades propostas pelo professor formador e as estratégias de ação relacionadas às atribuições de cada sujeito. A proporção entre os sujeitos se dará da seguinte forma:

- Cada tutor presencial será responsável pelo grupo de professores-cursistas lotados nos Campi que formam o Polo Presencial Regional para o qual está designado;
- Os tutores a distância orientarão as interações de turmas em grupos de no máximo 18 professores cursistas nas atividades não presenciais, sendo tais grupos compostos por:
 - professores-cursistas de áreas de formação iniciais distintas, de um ou mais polos presenciais regionais, para as atividades que abordam os conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação e da educação profissional, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
 - professores-cursistas da mesma área de formação inicial, de um ou mais polos presenciais regionais, para as atividades que tratam os fundamentos didáticos-metodológicos e as práticas de ensino na área específica da graduação inicial dos professores-cursistas.
- Os **Professores Formadores a Distância com formação em Pedagogia** serão responsáveis por propor as atividades em todos os componentes curriculares. Quando as atividades tratarem os fundamentos didáticos-metodológicos e as práticas de ensino na área específica da graduação inicial dos professores-cursistas, será também responsável pelo componente um **Professor Formador a Distância com formação na área** específica da graduação inicial dos professores-cursistas.

- Quando da realização do componente Pesquisa em Educação (TCC/Projeto de Intervenção), os professores de orientação serão responsáveis por grupos de até 10 alunos.

Com a preocupação de introduzir os professores-cursistas nas especificidades da modalidade a distância, bem como aproximá-lo dos recursos didáticos e dos caminhos de interação que permitirão a mediação em diferentes espaços geográficos e tempos ao longo do curso, é ofertado logo no primeiro Ciclo o componente **O contexto do curso: introdução a EAD**. Cabe apontar que a familiarização em EaD não será pontual, acontecendo ao longo do curso por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências.

A prática docente é assumida como mobilizadora e atualizadora da formação e dos conteúdos e temas tratados nos componentes curriculares. Para tanto, são incluídos no currículo movimentos investigativos que servirão como eixos articuladores entre a dimensão teórica do conhecimento socialmente produzido e a dimensão prática da docência. Cada Ciclo será caracterizado pela investigação de um tema ou questão relacionado à docência na educação profissional, tomando o contexto educacional do Instituto como campo de investigação, orbitando entre investigações sobre os conhecimentos acerca dos sistemas educacionais – em especial a Rede Federal de Educação Tecnológica -, os conhecimentos sobre os aspectos teóricos da área educacional e os conhecimentos atrelados à Didática, às Metodologias e às Práticas de Ensino na/da Educação Profissional.

Os Movimentos Investigativos trarão temas e questões que serão transversais a todos os componentes curriculares do Ciclo, sendo mobilizadores da reflexão sobre a prática pedagógica do professor-cursista e a sua formação em exercício. Os movimentos investigativos permitem que os conteúdos específicos, os conteúdos pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas sejam tratados interdisciplinarmente pelo docente ao longo de cada ciclo, já que através deles os componentes estabelecem relações de aproximação entre temas, propiciando ao cursista um modo mais abrangente e contextualizado de compreender a docência e seus meandros. As orientações sobre cada movimento investigativo – com apresentação das questões e temas que serão orientadoras das reflexões do Ciclo – serão realizadas durante os Seminários de Abertura

Considerando que cada Ciclo é mobilizado por um movimento investigativo, e que a prática é compreendida como atualizadora do Currículo, o registro é pensado como uma atividade permanente no curso, de modo a permitir ao professor-cursista investigar o seu processo de formação em exercício e os espaços em que ela se desenvolve, tendo como meio a linguagem. Tendo como inspiração experiências de formação já realizadas em outras instituições e contextos de formação (SANTOS, WEBER; BARBOSA), o Diário Online é adotado no curso como instrumento de registro do professor-cursista sobre a sua prática docente e a sua formação em exercício. A produção do Diário Online articulará os registros das práticas, tomando como base o aprofundamento teórico-conceitual dos fundamentos da educação e dos processos de ensino-aprendizagem.

Ao propor ao cursista um olhar para os meandros da Rede Federal de Ensino e dos elementos já presentes em sua docência, tem-se como intenção propiciar um mergulho crítico, embasado em estudos teóricos e no cotidiano dos espaços do Instituto.

Inicia-se, no ciclo Um, com a contextualização do professor cursista no campo educacional brasileiro, na Rede Federal de Ensino e no Campus em que atua. Nessa fase inicial, os cursistas tomarão como referência para o movimento investigativo o conhecimento da instituição educativa como organização complexa, a atuação profissional na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica, articulando pesquisa e estudo da legislação, dos processos de organização e gestão, das políticas de financiamento e avaliação da educação nacional e da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

As atividades em Exercício do Ciclo Um envolverão o acompanhamento das atividades de gestão e organização Pedagógica e Administrativa do Instituto e do Campus. São tomados como espaços da prática as vivências do professor-cursista nos processos de planejamento e gestão, as atividades de planejamento e participação no projeto pedagógico dos cursos, bem como participação nas reuniões pedagógicas e acompanhamento das atividades dos órgãos colegiados. A sistematização e registro das atividades em exercício será no Diário Online.

Em seguida, no Ciclo Dois, há o aprofundamento no estudo dos conteúdos pedagógicos e específicos das áreas da atuação profissional dos professores. O movimento investigativo

tomará como referência a observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais no Instituto. Nos componentes curriculares serão articulados pesquisa e estudo dos conhecimentos dos conteúdos específicos da docência na área de formação inicial do professor cursista e dos conteúdos pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, didáticas e práticas de ensino, da avaliação, das Teorias de Currículo e das relações entre educação e trabalho, educação e diversidades, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea.

As atividades em Exercício do Ciclo Dois envolverão o planejamento, a execução e o acompanhamento de atividades de ensino nos espaços formativos do Instituto. São tomados como espaço da prática os diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, em que o processo de ensino possa ocorrer. As atividades de interação nos espaços escolares serão acompanhadas por profissionais das áreas específicas da formação inicial dos professores cursistas e da área pedagógica.

No último Ciclo do curso (Ciclo Três) a reflexão acerca das abordagens teórico-metodológicas e das intervenções nas práticas de ensino será a mobilizadora do percurso formativo. O movimento de investigação tomará como referência a criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural dos contextos de ensino. Nos componentes curriculares serão articulados pesquisa e estudo de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático-pedagógicas.

As atividades em exercício do Ciclo Três compreenderão o acompanhamento das atividades no espaço do Instituto escolhido pelo professor-cursista como campo de pesquisa para a elaboração do seu Projeto de Intervenção. Inserido no campo, com a mediação do professor-orientador, o professor-cursista deve propor o desenvolvimento de processos metodológicos, estratégias, recursos e materiais didáticos contextualizados para a intervenção em uma questão observada .

A opção por tal desenho curricular justifica-se por uma preocupação na oferta de um curso de formação com efetivo padrão de qualidade acadêmica e socialmente referenciado, composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, baseado na compreensão de que “a formação assume um papel que vai além do ensino que pretende uma mera atualização científica, pedagógica e didática e se transforma na possibilidade de criar espaços de participação, reflexão e formação para que as pessoas aprendam e se adaptem para poder conviver com a mudança e com a incerteza” (Imbernón, p. 18).

4.4 COMPONENTES CURRICULARES DE EXIGÊNCIA LEGAL COM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Os Componentes Curriculares de exigência legal com legislação específica nas licenciaturas são conteúdos obrigatórios em todas as licenciaturas, que foram definidos por Leis, Diretrizes Curriculares Nacionais e/ou Pareceres. Na atualidade os respectivos temas são: Educação para as Relações Étnico-raciais, Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e Língua Brasileira de Sinais (Libras).

4.4.1 Educação das Relações Étnico-Raciais

Existe indicação na legislação brasileira para que todos os níveis e modalidades de Educação contemplem em seus currículos a Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. A base legal que orienta as Instituições de ensino para a construção de práticas educativas que garantam o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros, através do reconhecimento e valorização da história, cultura, identidade Afro-Brasileira, Africana e Indígena, tem o seu marco no sancionamento pelo governo federal, em março de 2003, da Lei nº 10.639/03-MEC, que altera a Lei nº9394/96 (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a

obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Em 2008 é dada nova redação à LDB através da aprovação da Lei nº 11.645/2008, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. Para o Ensino Superior, é importante observar Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

A Educação para as relações Étnico Raciais na Licenciatura para professores bacharéis não licenciados do IFBA acontece através da construção de espaços – como seminários, debates, rodas de conversa, aulas - que permitam ao professor-cursista debater o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos povos indígenas e dos descendentes de africanos. Objetiva-se no curso uma formação que estimule o professor para a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias.

Uma das preocupações da formação é fornecer subsídios para que os professores-cursistas possam contextualizar em suas atividades de ensino a diversidade da produção do conhecimento, para além das referências e práticas eurocêntricas. Nas provocações que mobilizam as Atividades em Exercício serão incentivadas a investigação e a proposição de práticas que repudiem o preconceito e as discriminações e que permitam na docência a correção de desigualdades raciais e sociais através de mudanças dos discursos, raciocínios, lógicas, gestos e posturas.

Podem ser destacados como espaços para o estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana e indígena as disciplinas *Educação e Contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT* e *Currículo, Práxis Pedagógica do Professor EBTT e a Prática do Professor EBTT*. Durante o curso, os professores-cursistas serão também incentivados a participar das atividades curriculares já desenvolvidas no campus em que trabalham e propor outras atividades a partir das atualizações advindas da formação em exercício.

4.4.2 Educação Ambiental

A Educação Ambiental é uma prática educativa integrada, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades de educação no Brasil.

A sua base legal encontra-se na Constituição Federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e dentre outras questões a responsabilidade do poder público em promovê-la em todos os níveis e modalidade de ensino, na Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e o Decreto nº 4.281/2002, que Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

O projeto em questão desenvolverá a Educação Ambiental nas Disciplinas de Educação e Contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT e Práxis Pedagógica do Professor EBTT de forma interdisciplinar, além de desenvolver o tema transversalmente no currículo,

Um dos objetivos de se desenvolver a Educação Ambiental no curso é “à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” (Art. 2º da Resolução Nº 2, 15/07/2012), que fundamentará a prática pedagógica do futuro licenciado na educação básica.

4.4.3 Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos será desenvolvido no currículo do curso de Formação de Professores para Bacharéis não licenciados no IFBA, seguindo as orientações do Parecer CNE/CP 8/2012 e da Resolução Nº 2, 15/07/2012, sendo desenvolvido transversalmente no Projeto Pedagógico do Curso e disciplinarmente no currículo.

As disciplinas que desenvolverão o respectivo tema são Educação e Contemporaneidade: cenários da prática do professor EBTT e Práxis Pedagógica do Professor EBTT.

Todo o Projeto Pedagógico do Curso foi elaborado na perspectiva de licenciar os professores bacharéis do IFBA em prol da “construção de sociedades que valorizem e desenvolvam condições para a garantia da dignidade humana” (P. 10, Parecer CNE/CP 8/2012).

4.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) necessariamente deverá estar vinculado aos temas relativos à prática docente na Educação Profissional, devendo ser desenvolvido ao longo dos Ciclos. Ao final deverá ser apresentado publicamente em forma de um projeto de intervenção nos espaços formativos do IFBA.

O projeto de intervenção terá como norteador a investigação do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem no Instituto oportunizada pelos movimentos investigativos e pelas atividades em exercício em cada Ciclo. Deste modo, durante o estudo do contexto educacional, como realizado no Ciclo Um, e durante a observação, análise, planejamento das atividades de ensino, como realizados no Ciclo Dois, o professor cursista será incentivado a identificar questões e problemas que serão referências para a criação do seu Projeto de Intervenção.

Pautado na produção coletiva e individual de conhecimentos sobre a Educação Profissional ao longo dos Ciclos e nas práticas vivenciadas dentro e fora do curso, o projeto apresentado pelo professor-cursista poderá propor intervenções nas Propostas Curriculares, na organização do trabalho educativo, nas práticas pedagógicas e nos processos de ensinar e aprender do/no IFBA.

A compreensão de intervenção pedagógica assumida para o PPC remete à missão do Instituto, compreendendo que a formação de professores em exercício deve ser capaz de intervir na prática educativa e gerar um novo conhecimento pedagógico contextualizado, referenciado na escola e em suas dinâmicas culturais, sociais e curriculares.

Tornar a pesquisa concomitante à realização dos Ciclos, apresentando ao cursista, em todos os momentos do curso, os instrumentos de pesquisa adequados para a construção

de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetiva a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos.

4.6 ESTÁGIO

Para a construção da Licenciatura em Educação Profissional do IFBA, as Práticas de Ensino na formação do professor da EBT são compreendidas como uma aproximação dialógica entre as esferas da formação no curso e as esferas da prática profissional do professor-cursista no Instituto. O Estágio Curricular Supervisionado será realizado concomitantemente com o desenvolvimento dos Ciclos, através das atividades em exercício, que compreendem o acompanhamento da prática pedagógica e a produção textual do/sobre o acompanhamento, através da produção dos Diários Online.

A carga horária total das atividades em exercício será de 300 (trezentas) horas. Em cada Ciclo serão destinadas 100 horas para as atividades em exercício, que tomarão como campo a prática docente do professor nos diversos espaços do Instituto. As atividades em exercício envolverão, além das atividades práticas de sala de aula (a preparação, as aulas e sua avaliação), todas as atividades próprias da vida da escola, incluindo as atividades de gestão e organização Pedagógica, Financeira e Administrativa.

Em cada ciclo será proposto aos cursistas ter experiência em um dos espaços da prática, nas diferentes áreas educacionais do Instituto em que é possível atuação do docente, considerando o movimento investigativo do Ciclo. As atividades em exercício serão acompanhadas por profissionais das áreas específicas da formação inicial do professor-cursista e da área pedagógica.

A sistematização e o registro das atividades em exercício em cada Ciclo serão realizados através de duas produções, a saber: 1. O diário Online, que corresponde ao relato sobre formação em exercício do professor-cursista ao longo do Ciclo, articulando na produção textual as impressões e avaliações sobre as vivências nos diversos espaços da docência e as referências teórico/práticas mobilizadas nas atividades de aprofundamento teórico-conceitual; 2. Os seminários de práticas, onde serão apresentadas as produções textuais

do/sobre o acompanhamento da prática e, a partir deles, discutida a didática específica para cada área.

Os Diários Online serão disponibilizados em espaço próprio do ambiente virtual de aprendizagem e deverão ser alimentados pelos professores-cursistas ao longo do Ciclo. O documento apresentado será o resultado do registro das suas vivências durante as atividades em exercício, a sua atuação docente no Campus e os espaços de estudo criados nas atividades de aprofundamento teórico. Para o registro é possível lançar mão de anotações, síntese de discussões e textos, relatos das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Campus, fotografias e gravações de voz e imagem. A cada início de Ciclo, durante o Seminário de Abertura, será apresentada a questão investigativa que norteará o Ciclo e que, por conseguinte, também norteará o registro. No Seminário de Abertura do Ciclo Um será apresentada a compreensão do significado do Diário Online no currículo, os seus pressupostos (por que registrar), a finalidade (para quê e o que registrar) e suas formas (como registrar). Para a construção dos Diários Online é pensado um fluxo de produção que envolve quatro momentos, a saber:

Momento 1 - Apresentação do movimento investigativo do Ciclo: ocorrerá sempre no Seminário de abertura de cada Ciclo.

Momento 2 – Tratamento da questão/tema de investigação na especificidade de cada componente durante o Ciclo.

Momento 3 – Construção do registro da investigação e da atualização do tema através do Diário Online e de outras práticas de registro propostas nos componentes. Esse momento é concomitante à realização do Ciclo e deve tomar como referência para a escrita a construção do movimento investigativo nos diferentes espaços em que é acontece a formação em exercício (nas atividades em exercício; nas atividades de aula; nos espaços do curso).

Momento 4 – Apresentação do registro nos Seminários de Práticas.

Fazer do registro uma atividade permanente do curso parte da compreensão do registro como elemento que permite ao cursista a compreender a apropriação do pensamento e do conhecimento didático a partir da própria docência.

Com base nos resultados das atividades de interação em sala de aula e das atividades de registro, os professores-cursistas desenvolverão, junto aos orientadores de estágio, Seminários de Práticas para discutir a didática específica para cada área, onde serão apresentadas as produções textuais do/sobre o acompanhamento. Para o Seminário de Práticas são pensados momentos em que os professores possam comunicar as suas experiências no ciclo, dizer sobre os conhecimentos que estão construindo (individual e coletivamente) e compartilhar as suas aprendizagens e as ressonâncias dessas nas práticas.

4.7 ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC)

As atividades complementares têm a finalidade de valorizar as experiências formativas vividas pelo professor cursistas ao longo de sua formação acadêmica, possibilitando a complementação da formação social, profissional e cultural.

A diversidade das atividades, a flexibilidade da carga horária e os aprendizados realizados ao longo do curso e em outros ambientes permitem ao professor-cursista acrescentar em seu percurso formativo um conjunto de experiências. Todavia é necessário que as atividades que serão desenvolvidas e avaliadas estejam em conformidade com o PPC.

As atividades complementares devem totalizar uma carga horária de 200 horas e de caráter obrigatório para a integralização do curso, deverão ser realizadas após a matrícula do estudante no curso e apresentadas antes da conclusão da última disciplina do curso.

As atividades passíveis de validação estão conforme as definidas no Artigo 12, Inciso III da Resolução nº2 de julho de 2015, conforme descrito abaixo:

III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular, compreendendo a participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

As atividades passíveis de validação e os procedimentos operacionais estão especificadas a seguir.

Atividade Desenvolvida	Número de horas válidas como AC	Nº máximo de hs que podem ser aproveitadas na integralização de 200h de AC	Documentos comprobatórios
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares	1 hora de AD* = 2 horas de AC* 1 trabalho apresentado = 10 horas de AC	Até 60h	Certificado de participação
Participação e/ou elaboração de cursos livres e/ou de extensão	1 hora de AD = 2 horas de AC	Até 40h	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária
Participação e/ou elaboração de atividades filantrópicas	1 hora de AD = 1 hora de AC	Até 40h	Declaração da instituição, em papel timbrado,

			com a carga horária cumprida
Orientação de Pesquisas	4 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60h	Apresentação do RIT que conste a atividade de orientação desenvolvida.
Orientação de Extensão	4 horas de AD = 1 hora de AC	Até 60h	Apresentação do RIT que conste a atividade de orientação desenvolvida.
Publicação, como autor, do todo ou de parte de texto acadêmico	40 horas de AC por publicação em revista indexada 20 horas de AC por publicação de capítulo de livro com conselho editorial 15 horas de AC por trabalho completo em anais com conselho editorial 15 horas de AC por publicação de artigo	Até 80h	Apresentação de cópia da publicação ou de sua folha de rosto (autenticada no IFBA ou em cartório)
Participação em comissão organizadora de evento educacional ou científico	1 hora de AD = 5 hs de AC	Até 30 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária
Participação em Grupos de Estudos, Trabalho e/ou	4 horas de AD = 1 hora de AC	Até 30 horas	Declaração ou certificado

Pesquisa			emitido pela coordenação do Grupo de Estudos, Trabalho e/ou Pesquisa.
Participação com aprovação como aluno regular ou como aluno especial em Programas de Pós-Graduação.	1 disciplina de AD = 40 horas de AC	Até 80h	Declaração ou histórico emitido pela coordenação do Programa de Pós-Graduação.

4.7.2 Organização e Validação das Atividades Complementares

As Atividades Complementares serão organizadas e validadas observando as seguintes questões:

I. Somente serão consideradas como Atividades Complementares as atividades realizadas pelo estudante a partir de sua matrícula no curso.

II. Será destinado 200 (duzentas) horas para as Atividades Complementares.

III. As Atividades Complementares, para serem reconhecidas e incorporadas à carga horária, necessária à integralização do Curso, deverão ser validadas pelo Colegiado do Curso (ou comissão designada). A validação deve ser requerida pelo estudante;

IV. A avaliação das Atividades Complementares realizadas é da competência do Colegiado de Curso e coordenação.

V. É necessário a apresentação pelo estudante de documentos que comprovem a sua participação nas Atividades Complementares, de acordo com o prazo estabelecido no calendário acadêmico para que se inicie o processo de avaliação das atividades com relação ao seu aproveitamento ou não.

VI. As horas excedentes serão desconsideradas da contagem da carga horária das Atividades Complementares.

4.8 ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

A indissociabilidade é assumida como um dos princípios do IFBA, sendo apontado no Projeto Político Institucional que “será sempre observada a integração entre ensino, pesquisa e extensão, assim como a Instituição buscará a articulação de diferentes áreas de conhecimento” (PPI, p. 28).

Na Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica do IFBA, o ensino, pesquisa e extensão estão presentes de forma articulada e indissociável no curso, fato que pode ser observado na sua estrutura e nas ações institucionais. A inclusão no currículo dos movimentos investigativos, eixos articuladores entre a dimensão teórica do conhecimento e a dimensão prática da docência ratifica a figura do professor/cursista pesquisador e extensionista.

Ao assumir a própria realidade o professor cursista elege o seu ambiente de trabalho, a escola, como um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise.

Pesquisar a sua prática fundamentada em estudos teóricos possibilita uma análise comparativa entre o que se faz e o que é proposto. O registro dessa pesquisa possibilitará não só um trabalho final de curso, mas também artigos científicos, resenhas, revisões bibliográfica, projetos de pesquisa e extensão, dentre outros trabalhos científicos. Dessa forma, a formação de um professor pesquisador é uma possibilidade de formação para docência. (LUDKE, 2001; NÓVOA, 2001; TARDIF, 2002; ANDRÉ, 2006)

O PDI institui a política de pesquisa, ensino e extensão que norteia todos os cursos do IFBA. Devido a natureza específica de um curso para a formação de professores em exercício, os professores-cursistas poderão acessar e compreender o ensino, a pesquisa e a extensão a partir das relações possibilitadas por seu vínculo docente com o Instituto, e a partir do seu vínculo como cursista.

4.8.1 A Política de pesquisa

As atividades de pesquisa e produção científica são as ações realizadas pelos docentes e discentes que tenham como objetivo o desenvolvimento tecnológico, científico e cultural, compreendendo:

- Publicação de artigos em seminários de iniciação científica;
- Publicação de artigos em revistas científicas, congressos, simpósios e seminários, nacionais e internacionais;
- Participação em congressos, simpósios, seminários e outros eventos técnico-científicos, de abrangência nacional e internacional, como moderador, debatedor, coordenador, secretário ou palestrante;
- Produção de livro técnico ou científico, capítulo de livro ou citação em artigos de periódicos indexados;
- Produção de manual técnico, didático e/ou relatório técnico;
- Editoração, organização e/ou tradução de livros técnicos/científicos;
- Inventos e demais produtos de pesquisa com registro e patente;
- Participação, como editor-chefe, associado ou membro de conselho científico, em editoras de revistas científicas indexadas;
- Participação de grupos de pesquisas
- Outras atividades correlatas, devidamente autorizadas pelo Coordenador de Curso e instâncias superiores da instituição, conforme orienta as políticas de pesquisa.

No IFBA existem diversos programas que fomentam o desenvolvimento científico e tecnológico, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio (PIBIC-EM) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), em articulação com agências de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). Os programas visam às iniciativas de iniciação científica, com concessão de bolsas a estudantes de graduação e de ensino médio, vinculadas em pesquisas científicas coordenadas por docente do IFBA. Além desses e outros programas a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) articula convênio com outras instituições de ensino para promover a qualificação dos docentes do IFBA.

4.8.2 Política de extensão

O curso Superior de Licenciatura em Formação Pedagógica de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica propiciará a atuação dos professores cursistas nas ações de extensão, de modo que o seu desenvolvimento produza a contínua reflexão da práxis institucional, gerados pela interação entre o conhecimento científico produzido no curso e sua interface com a comunidade. A extensão é desenvolvida conforme os Objetivos definidos no PDI e descritos abaixo:

Reafirmar a extensão como processo acadêmico indispensável à formação do estudante, à qualificação do corpo técnico/docente e ao intercâmbio com a sociedade;

Estruturar, desenvolver, implementar, avaliar e reavaliar sistemática e periodicamente projetos e programas multi, inter ou transdisciplinar e interprofissional;

Propiciar ao estudante o acesso a atividades que contribuam para a sua formação artístico, cultural, ética e para o desenvolvimento do senso crítico, da cidadania e da responsabilidade social;

Propiciar à sociedade o acesso ao IFBA, por meio de cursos de extensão, da prestação de serviços da participação em eventos culturais e artísticos ou outras atividades que garantam os objetivos da Instituição e o atendimento das necessidades do desenvolvimento sustentável regional;

Complementar a relação IFBA/Sociedade por meio da democratização do saber acadêmico e pelo estabelecimento de um processo contínuo de debates, fomento de ideias e vivências;

Estruturar e desenvolver mecanismos que promovam a interação contínua e recíproca entre a extensão e as atividades de ensino e pesquisa;

Viabilizar ações, projetos e programas de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico de extensão, como também de ensino e de pesquisa;

Incentivar ações permanentes voltadas para a formação inicial e continuada de profissionais, considerando os aspectos socioeconômicos da região, em parceria com instituições municipais, estaduais e federais, bem como no âmbito da iniciativa privada e organizações sem fins lucrativos. (PDI IFBA, 36) p.

4.9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM (TICs)

As tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – estarão presentes em todo o curso, já que o mesmo será na modalidade a distância e utilizará o moodle como ambiente virtual de aprendizagem, possibilitando que o material a ser utilizado no curso fique disponível na plataforma, além da interação entre os professores formadores, os professores cursistas e os conteúdos a serem desenvolvidos no curso.

Ferramentas importantes estarão presentes no Moodle, como chats, fórum, wiki , dentre outras, sempre com objetivo de aumentar a interação de todos no processo e possibilitar discussões que levem a uma aprendizagem significativa. As TICs também serão utilizadas nos encontros presenciais por intermédio de vídeos, softwares, computadores e lousas digitais.

Há de se ressaltar que o curso estará de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146, de 6 de julho de 2015 e em especial ao seu Capítulo II do Título III. Na entrada do estudante com deficiência o Projeto Pedagógico será adaptado para que ocorra a acessibilidade plena desse estudante e programas como por exemplo o Dosvox, Virtual Vision e outros poderão ser utilizados conforme a especificidade para que ocorra a acessibilidade.

5. ACESSIBILIDADE

A coordenação do curso de Licenciatura para a Educação Profissional e Tecnológica do IFBA conjuntamente com os gestores institucionais, os docentes, os núcleos/coordenação de Atendimento de Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNE/CAPNE) e as Coordenações/Direção Pedagógica e de Assistência Estudantil, dentre outros, tem o compromisso de garantir a acessibilidade por meio da promoção de condições de acesso e permanência aos professores cursistas com deficiência eliminando as barreiras arquitetônicas, de transportes, instrumental, atitudinais, pedagógicas, programáticas, digitais e comunicacionais .

Dessa forma, o projeto foi elaborado de acordo com os dispositivos legais e normativos vigentes, conforme descritos abaixo:

- Resolução nº 09, de 28 de março de 2016, que institui as Diretrizes para a Acessibilidade Pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas no âmbito do IFBA
- A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Os Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior
- A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2004, que trata sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que trata da Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- A Constituição Federal, artigos 205, 206 e 208 que tratam, respectivamente, do direito, dever e finalidade da educação; dos princípios do Ensino; da garantia da educação básica pelo Estado.
- O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que trata sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

- A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2004, que trata sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Há de se ressaltar que para cada estudante com deficiência será elaborado um Projeto Pedagógico específico de acordo com as suas necessidades para que ocorra a sua inclusão.

6. SERVIÇO DE APOIO AO DISCENTE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A inclusão, princípio de respeito às diferenças e o atendimento às necessidades prementes da maioria da população brasileira, é um dos princípios balizadores das relações sociais, administrativas e educativas no IFBA, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) (IFBA, 2013, p. 19). É colocada em destaque a necessidade de criar mecanismos que garantam o acesso, a permanência, o êxito e a “proteção integral” como previstos nas legislações brasileiras. Diante dessa demanda, no Projeto de Desenvolvimento institucional do IFBA (PDI,) é assumido que o planejamento educativo no instituto deve adequar-se para acolher e fornecer educação de qualidade para todos, com destaque para as pessoas com necessidades específicas.

Além do PDI e PPI, são dois os documentos que expressam o entendimento e as ações do Instituto sobre o Serviço de Apoio ao Discente e à Pessoa com Deficiência, sendo eles: a Resolução nº 09, de 28/03/2016, que aprova As Diretrizes para a Acessibilidade Pedagógica dos Estudantes com Necessidades Específicas no âmbito do IFBA; e A Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016, que apresenta as normas, critérios e procedimentos da Política de Assistência Estudantil do IFBA.

Baseado em tais referenciais, o desafio de propiciar a igualdade de direitos diante das especificidades individuais deve ser o impulso que movimenta os documentos e práticas cotidianas na direção do reconhecimento da diversidade no interior do Instituto, tendo como orientações para educação na perspectiva inclusiva: a promoção da formação continuada dos docentes e técnicos-administrativos, favorecendo mudanças atitudinais em relação às pessoas com necessidades específicas, assim como capacitação de toda a comunidade escolar com a mesma finalidade; o fortalecimento do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE); a adequação da infraestrutura física para garantir a mobilidade e a utilização adequada dos mobiliários e espaços arquitetônicos.

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas NAPNE objetivam desenvolver ações que contribuam para a promoção da inclusão escolar de pessoas com necessidades específicas, buscando viabilizar as condições para

o seu acesso, permanência e saída com êxito nos cursos oferecidos pelo IFBA. Dentre as atividades dos NAPNE, previstas no PDI do Instituto, estão:

- Promover ações de sensibilização da comunidade escolar quanto às ações de inclusão social;
- Levantar a demanda de necessidades das PNEEs, mediante a criação de sistemas de informação, da promoção de pesquisas na comunidade e do estabelecimento de uma interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos;
- Contribuir para a adequação dos Projetos Político Pedagógicos de modo a contemplar a educação inclusiva, oferecendo informações atualizadas à Direção de Ensino, bem como aos demais gestores do Campus;
- Articular os diversos setores da instituição nas atividades relativas à inclusão, dando a conhecer as ações prioritárias;
- Estabelecer contato com instituições ou organizações que atendam alunos com necessidades educacionais específicas, com vistas a desenvolver trabalhos em conjunto;
- Firmar parcerias com órgãos públicos e instituições que desenvolvem atividades de inclusão e de atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas;
- Divulgar as ações do TEC NEP / NAPNE para a comunidade em geral;
- Representar o NAPNE nas ocasiões em que se fizer necessário;
- Zelar pelo bom andamento dos trabalhos; Coordenar as reuniões do NAPNE.
- Subsidiar o Coordenador do NAPNE nas atividades do Núcleo;
- Elaborar propostas e projetos;
- Propor adaptações que garantam o acesso e a permanência dos discentes com Necessidades Educacionais Específicas no Campus;
- Participar do planejamento, execução e avaliação das ações do NAPNE;
- Elaborar cursos de capacitação aplicada ao NAPNE;
- Sistematizar as atividades propostas pela comunidade educativa para atendimento das PNEEs;

- Elaborar instrumentos de avaliação que sejam abrangentes e criteriosos e através dos quais seja possível identificar claramente as habilidades e competências desenvolvidas pelo aluno(a).
- Assessorar os docentes nas atividades didático e pedagógicas de atendimento às PNEEs.
- Elaborar o material didático pedagógico a ser utilizado, em consonância com as necessidades específicas de cada grupo de alunos (as);
- Disponibilizar materiais para atender as Necessidades Educacionais Específicas dos alunos (a);

Caso seja identificado o ingresso de professores-cursistas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEEs no curso de Licenciatura, os NAPNEs dos campus do IFBA contribuirão no fomento da sustentabilidade do processo inclusivo, mediante ações voltadas para a sensibilização da comunidade escolar, as adequações curriculares e a aprendizagem cooperativa em sala de aula e a constituição de redes de apoio, promovendo assim a permanência desses estudantes no curso.

Quanto à política de Assistência Estudantil do IFBA, esta se constitui num arcabouço de princípios e diretrizes que orientam a elaboração e implementação de ações que garantam o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes do IFBA, embasada em conceitos como inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e bem estar biopsicossocial. A política de Assistência Estudantil do IFBA está dividida em três eixos: o Programa de Assistência e Apoio ao Estudante (PAAE), que destina-se a estudantes em comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica; os Programas Universais, que destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, sem critérios de seleção socioeconômica ou meritocráticos; e os Programas Complementares: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFBA, devendo a sua participação estar condicionada a questões socioeconômicas e/ou meritocráticas.

Para a concretização da Política de Assistência Estudantil existe uma Gestão Central, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino do IFBA, e articulada com as Gestões da Assistência Estudantil nos campi. A Gestão Central é responsável por gerir e acompanhar as informações, ações e programas da Assistência Estudantil em todo o IFBA, sendo

composta por uma equipe multidisciplinar, seguindo as orientações da Política de Assistência Estudantil do IFBA. A Gestão da Assistência Estudantil em cada campus é responsável por coordenar a Política de Assistência Estudantil no seu respectivo campus do IFBA, sendo composta por uma equipe multidisciplinar, incluindo a representação estudantil, seguindo as orientações da Política de Assistência Estudantil do IFBA.

7. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

7.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Os alunos serão avaliados tomando como base as Normas Acadêmicas do IFBA. O docente responsável pelo componente avaliará os alunos de forma contínua, utilizando diversas atividades.

As atividades estarão relacionadas a prática docente e a vivência do professor-cursista no campus.

Serão considerados critérios de assiduidade, comprometimento, pontualidade e resolução de atividades propostas.

7.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

8. GESTÃO ACADÊMICA DO CURSO

8.1 COLEGIADO

O Colegiado de Curso é um órgão de função normativa, consultiva e deliberativa de planejamento acadêmico.

Será composto pelo Coordenador do Curso, que o presidirá, por quatro representantes docentes³ e um representante discente regularmente matriculado no Curso, todos sendo eleitos pelos seus pares.

As atribuições e competências do colegiado estão descritas abaixo:

- Convocar reuniões dos docentes do Curso, quando necessárias;
- Avaliar e coordenar as atividades didático-pedagógicas do curso;
- Receber, analisar, encaminhar e deliberar sobre solicitações de ações acadêmicas, disciplinares e administrativas referentes ao corpo docente e/ou discente do curso;
- Opinar e decidir sobre sugestões do Núcleo Docente Estruturante –NDE, que envolvam assuntos de interesse do curso;
- Homologar o resultado da eleição do coordenador de curso e encaminhar à direção geral do campus;
- Opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência;
- Cumprir as determinações dos órgãos deliberativos superiores.

As reuniões do Colegiado do Curso serão ordinárias com encontros uma vez por mês e extraordinárias sempre que for necessário.

3 Docentes que ministrem aulas no curso

8.2 COORDENAÇÃO

8.3 NDE

O Núcleo Docente Estruturante do curso (NDE) é formado por um grupo de professores do curso que tem função consultiva, responsável pela concepção, consolidação, contínua atualização e revitalização do PPC.

A composição, estruturação e as atividades que o NDE do curso desenvolve estão de acordo com a Resolução CONSUP N° 17 de 27 de agosto de 2012 do IFBA.

O NDE será constituído por 05 (cinco) professores, entre estes, o Coordenador do Curso, a quem cabe a sua presidência, todos os componentes do NDE deverão ter pós-graduação *stricto sensu*.

As atribuições do NDE do curso, são as definidas pela Resolução CONSUP N° 17 de 27 de agosto de 2012 do IFBA e descritas abaixo:

- a) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) colaborar com a atualização periódica do projeto pedagógico do curso;
- c) conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação nos Colegiados dos respectivos Cursos, sempre que necessário;
- d) cooperar na supervisão das formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelos Colegiados;
- e) contribuir para a análise e avaliação do Projeto Pedagógico, das Ementas, dos Conteúdos Programáticos e dos Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- f) auxiliar o acompanhamento das atividades do corpo docente, inclusive com a avaliação institucional, recomendando aos Colegiados dos Cursos a indicação ou substituição de docentes, quando necessário;
- g) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

O NDE avaliará o PPC levando em consideração os seguintes aspectos:

- a) Avaliação do corpo discente sobre o curso com relação a estrutura curricular, utilização dos espaços educativos (laboratórios, bibliotecas, etc.), a atuação dos docentes, estrutura física, comunicação com a coordenação do curso, etc.;
- b) Avaliação do corpo docente sobre o curso com relação a sua estrutura curricular, a auto-avaliação, a estrutura física, a comunicação com a coordenação do curso, etc.;
- c) Avaliação do corpo técnico-administrativo sobre o curso com relação a atuação dos docentes, discentes, comunicação com a coordenação do curso, estrutura física, seu desempenho contribuindo para o bom andamento do curso, etc.;
- d) Avaliação interna do curso através do índice de evasão, produção científica dos alunos, projetos integrados de ensino, pesquisa e extensão, estrutura curricular, biblioteca, média das avaliações anuais por grupos de alunos etc.
- e) Análise da avaliação externa do curso, ENADE, CPC e outras.

Ao avaliar os itens acima o NDE terá informações para uma retroalimentação do PPC, no sentido de melhorá-lo, como também providenciar ações administrativas, que por ventura se fizerem necessárias.

9. INFRA-ESTRUTURA

9.1 CORPO DOCENTE

A quantidade e as especificações dos docentes que serão necessárias para o desenvolvimento do curso foram descritos na tabela 4 do item 2.2 , p.9.

9.2 COORDENADOR

O coordenador deverá ser um professor do curso, ter experiência em gestão, possuir titulação de mestre ou superior e ter uma carga horária de aulas de no máximo 10 (dez) horas semanais e disponibilizar no mínimo 20 horas para a coordenação do curso.

9.3 EQUIPE TÉCNICO-PEDAGÓGICA (CORES/GRA, SECRETARIA E TÉCNICOS DE LABORATÓRIOS)

A equipe técnico-pedagógica que esse projeto se refere são os profissionais da CORES, da secretaria e os técnicos de laboratórios dos campus do IFBA, que desenvolverão suas atividades em conformidade com as Normas Acadêmicas do Ensino Superior e as suas atribuições.

Há de se ressaltar as profissionais das CORES e da secretaria serão responsáveis dentre outras coisas pelos registros dos alunos como matrículas, avaliações e emissão de diplomas dos professores cursistas que integralizarem o curso com aprovação. Já os técnicos dos laboratórios assessorarão nas atividades dos laboratórios.

9.4 INSTALAÇÕES

O curso utilizará as instalações do IFBA para o desenvolvimento do curso, como salas de aulas, sala dos professores, sala de coordenação, laboratório, espaços de convivência, biblioteca e auditório.

10.CERTIFICAÇÃO

Após a integralização do curso será emitido um diploma de Licenciatura em educação Profissional na área de formação do cursista. A certificação obedecerá a legislação vigente, como também as Normas Acadêmicas do Ensino Superior do IFBA.

11. REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006a. p. 55-69.

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/quase-40-dos-professores-no-brasil-nao-tem-formacao-adequada>; Quase 40% dos professores no Brasil não têm formação adequada.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves; PINHEIRO Leandro da Nóbrega; NUNES, Mônica Ferreira. Diário de pesquisa virtual: uma experiência formativa on-line. Educação & Linguagem, v. 12, n. 19, 160-178, Jan.-Jun. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: MEC, 1996.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Parecer nº 2/2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2015^a.

_____. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução nº 2/2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: CNE, 2015b.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).

LÜDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 74, vol. 22, p. 77-96, abr. 2001.

NÓVOA, A. Professor se forma na escola. Revista Nova Escola, São Paulo, n.142, maio 2001. Entrevista concedida a Paola Gentile.

SANTOS, Edméa e WEBER, Aline. Diário online, cibercultura e pesquisa-formação multirreferencial. In: SANTOS, Edméa (org). Diário online – dispositivo multirreferencial de pesquisa formação na cibercultura. Santo Tirso/Pt: Whitebooks, 2014.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis, R.J.: Editora Vozes, 2002.

EMENTÁRIO

CICLO UM

O CONTEXTO DO CURSO: INTRODUÇÃO A EAD		Carga Horária (h)	Créditos		
Teórica		15	1		
Prática		15	1		
Total		30	2		
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de	
Ementa:					
<p>A modalidade de Educação a Distância: aspectos histórico-filosóficos, características, concepções. Fundamentos legais da educação à distância no Brasil. Mídias interativas e Ambientes virtuais de Ensino-aprendizagem. Constituição de comunidades virtuais de aprendizagem. Organização de situações de aprendizagem na EAD: possibilidades didáticas e metodológicas.</p>					
Bibliografia básica:					
<p>PETERS, O. Didática do Ensino a Distância. São Leopoldo: Unisinos, 2001. (PPC ead)</p> <p>SILVA, Marco. (org). Educação Online. São Paulo: Loyola, 2003. (PPC ead)</p> <p>SILVA, Marco e SANTOS, Edméa (org). Avaliação da aprendizagem em educação Online. São Paulo, Loyola, 2006. (PPC ead)</p>					
Bibliografia Complementar:					
<p>BELLONI, M.L. Educação a distância. Campinas, Editora Autores Associados, 2001. (PPC ead)</p> <p>NISKIER, Arnaldo. Educação à distância. 2.ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1999.(PPC ead)</p> <p>BIANCONCINI DE ALMEIDA, Maria Elizabeth. Educação a distância na internet : abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. São Paulo, BR: Red Educação e Pesquisa, 2006. ProQuest ebrary. Web. 8 February 2017. (PPC ead)</p>					

GESTÃO EM EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)	Créditos
Teórica		45	2
Prática		15	1
TOTAL		60	4

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
--------------------	----------------	-----------------	-----------------------	------------------------

Ementa:

Aspectos histórico-filosóficos da Gestão em Educação. A gestão da escola básica e os princípios da Democracia e da autonomia administrativa, financeira e pedagógica. A organização do trabalho escolar. O Projeto Político Pedagógico. Gestão e Políticas Públicas em Educação Profissional e Tecnológica: planejamento, avaliação e financiamento da educação.

Bibliografia básica:

DAVIS, Cláudia; VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização** / 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão).

Bibliografia Complementar:

SAVIANI, D. . **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2008. v. 1. 208p . (PPC Geografia)

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional:**

desatando e reatando nós . Edufba: 2009. ISBN 9788523206543. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf> . Acesso em:

09 de fevereiro de 2017

OEB: PENSANDO A		Carga Horária (h)	Créditos	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL				
Teórica		45	3	
Prática		15	1	
TOTAL		60	4	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de

Ementa:

Estudo e análise da organização do sistema educacional brasileiro, considerando os aspectos históricos, administrativos, políticos, didáticos e financeiros. As políticas públicas contemporâneas de educação. Política e Legislação da Educação Profissional técnica e tecnológica. Articulação da Educação Profissional e Tecnológica com os diferentes níveis de ensino e com outras modalidades de ensino: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância.

Bibliografia básica:

LIBÂNEO, José Carlos. João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 9. Ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira: estrutura e sistema**. 10 ed. Campinas – SP: Autores Associados, 2008, v.1, 208p.

PACHECO, Eliezer, **Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo, Editora Moderna, 2011. ISBN 978-85-16-07375-6. Disponível em: <https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

Bibliografia Complementar:

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria A.M.; FIDALGO, Nara L. R. (Org.) **Educação profissional e a lógica das competências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio: proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Moderna, 2012. ISBN 978-85-16-06020-6. Disponível em: <https://issuu.com/ed_moderna/docs/perspectivas?e=2064801/3253467>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

SARMENTO, Diva Cheaves (org). **Sistemas de educação no Brasil**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Política e Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez.

SHIROMA, Eneida Oto, et al. **Política educacional**. Rio de Janeiro:DP&A, 2004, 3ª

edição. Maria Célia de Moraes, Olinda Evangelista –Coleção: O que você precisa saber sobre.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO		Carga Horária (h)	Créditos
Teórica		45	3
Prática		15	1
TOTAL		60	4

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
-------------	---------	----------	----------------	-----------------

Ementa: Fundamentos da Filosofia e suas relações com a Educação Profissional e Tecnológica. Noções de socialização, organização, estrutura, mudança, instituições e processos sociais básicos, grupos e classes sociais, com vistas ao estudo da relação entre educação e sociedade. Teorias e abordagens do processo ensino-aprendizagem (Inatismo, Empirismo, Humanística, Comportamental, Cognitiva e Sócio-interacionista): implicações na prática educativa do professor da EBTT.

Bibliografia básica:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006. 327 p. ISBN 8516051390.

SALVADOR, CesarColl (Org.). **Psicologia da educação**. 1.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 209 p. ISBN 9788573076011.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2002. 264 p. (Educação). ISBN 8508052413.

Bibliografia Complementar:

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia e história da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2009. 290 p. ISBN 978-85-204-2840-5.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alexis N.

Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 11. ed. São Paulo: Ícone, 2010. 228 p. (Educação Crítica). ISBN 978-85-274-0046-6.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação/ um estudo introdutório**. 15. ed. Brasília: Cortez, 2006. 182 p. ISBN 8524902434

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012. 128p. (Biblioteca de Ciências Sociais ; 25). ISBN 9788570380739.

BOCK, ANA M. BAHIA; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi.

Psicologias: Uma introdução ao estudo da Psicologia. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

368 p. ISBN 978850207851.

[DONGO-MONTOYA, Adrián Oscar](#), ***Teoria da aprendizagem na obra de Jean Piaget***, Editora UNESP, 2009. Disponível em . Acesso em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

ATIVIDADE EM EXERCÍCIO DO CICLO UM	Carga Horária (h)	Créditos
Teórica	15	1
Prática	85	5
TOTAL	100	6

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
-------------	---------	----------	----------------	-----------------

Ementa:

A gestão escolar: características da organização, estratégias de investigação, modelos de intervenção e suas implicações pedagógicas, sócio-culturais e históricas. A gestão compartilhada e coletiva no espaço escolar. O colegiado, os conselhos escolares e a gestão pedagógica e administrativa da escola. Importância do projeto pedagógico na gestão escolar. Perspectivas de pesquisas e de investigação acerca dos rituais e da dinâmica pedagógica na formação do gestor e do educador da Educação Profissional.

Bibliografia básica:

DAVIS, Cláudia; VIEIRA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (PPC Geografia)

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estruturas e organização** / 9. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. (PPC Geografia)

LUCK, Heloísa. **Concepções e processos democráticos de gestão educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. (Série Cadernos de Gestão). (PPC Geografia)

Bibliografia Complementar:

SAVIANI, D. . **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas - SP: Autores Associados, 2008. v. 1. 208p . (PPC Geografia)

LORDÊLO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virgínia. **Avaliação educacional: desatando e reatando nós** . Edufba: 2009. ISBN 9788523206543. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/5627/1/Avaliacao_educacional.pdf>. Acesso em:

09 de fevereiro de 2017

CICLO DOIS

PRÁXIS PEDAGÓGICA DO PROFESSOR EBTT	Carga Horária (h)	Créditos		
Teórica	30	2		
Prática	30	2		
TOTAL	60	4		
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de

Ementa:

Tendências pedagógicas liberais (tradicional, progressivista, não-diretiva e tecnicista). Tendências pedagógicas progressistas (libertadora, libertária, crítico-social dos conteúdos e sociointeracionista). Planejamento de ensino no cotidiano do professor EBTT: O planejamento didático e o trabalho docente nos diferentes níveis e modalidades de educação profissional e tecnológica. A práxis Pedagógica do professor EBTT no PROEJA. Estratégias para organização de atividades didático-pedagógicas. A transposição didática e o trabalho docente.

Bibliografia básica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 271 p. ISBN 9788524917448.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013. 288 p ISBN 9788524916038.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010. 205 p. ISBN 978858581907-1.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. ISBN 978-85-16-07375-6. Disponível em: <https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

Bibliografia Complementar:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Didática e interdisciplinaridade**. 16. ed. Campinas: Papyrus, ISBN 853080502X

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. 5.ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2010. 333 p. ISBN 9788524905957.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. 319 p. ISBN 85-08-04436-4.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Org.). **As Dimensões do projeto**

político-pedagógico: novos desafios para a escola. 8. ed. Campinas : Papyrus, 2010. 256 p. ISBN 8530806565 (broch.)

ALBUQUERQUE, S. L. *Implicações à formação e à identidade pedagógica de professores da Educação Profissional. In: FARTES, V. (org). Formação, saberes profissionais e profissionalização em múltiplos contextos.* Salvador: EDUFBA; Maceió: EDUFAL, p. 43-78. 2008.

MARTINS, LM., and DUARTE, N., orgs. *Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias.* São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 191 p. ISBN 978-85-7983-103-4. Disponível em: books.scielo.org/id/ysnm8/pdf/martins-9788579831034.pdf . Acesso em 09 de fevereiro de 2017.

CURRÍCULO E A PRÁTICA DO PROFESSOR EBTT		Carga Horária (h)	Créditos
Teórica		30	2
Prática		15	1
TOTAL		45	3

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
-------------	---------	----------	----------------	-----------------

Ementa: Currículo: diretrizes e concepções. A produção de teorias de currículo e sua ressonância nos processos educativos. Currículo, interdisciplinaridade, transversalidade e a transdisciplinaridade. As dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia nos currículos da Educação Profissional e Tecnológica. Educação Profissional na perspectiva do Currículo Integrado. Políticas públicas de currículo para a educação profissional: discurso e estratégias de implementação. Direitos humanos e diversidades étnico-racial no currículo da Educação Profissional.

Bibliografia básica:

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 288 p. ISBN 9788536305981.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo e processos formativos: experiências, saberes e culturas**. Bahia: Editora EDUFBA, 2012. ISBN:978-85-232-1017-5 Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16737>.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 154 p. ISBN 978-85-86583-44-5

Bibliografia Complementar:

MACEDO, Roberto Sidnei. **Atos de currículo formação em ato?: para compreender, entretecer e problematizar currículo e formação**. Ilhéus, BA: Editus, 2011. 170 p. :il. ISBN 978857.

LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011. 280 p.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. ISBN 978-85-16-07375-6. Disponível em: <https://issuu.com/ed_moderna/docs/institutos_federais?e=2064801/2815799>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de Fartes; BUENO, Vera Lúcia. **Currículo, formação e saberes profissionais**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1046>. Acesso em 10/02/2017

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 237p. (Coleção estudos culturais em educação). ISBN 978853261497-1.

EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE		Carga Horária (h)	Créditos
E: CENÁRIOS DA PRÁTICA DO PROFESSOR EBTT			
Teórica		15	1
Prática		15	1
TOTAL		30	2
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:
			Departamento de

Ementa:

Concepções e fundamentos da Educação no pensamento contemporâneo. O conceito de diversidades e a sua incidência no mundo contemporâneo e no contexto da prática do professor EBTT. Novas paisagens na contemporaneidade: as diversidades de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Políticas educacionais para o atendimento às diversidades.

Bibliografia básica:

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. (PPC Geografia)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis- RJ: Vozes. 1997. (não consta no banco do IFBA)

BRASIL. **Diversidade na educação**: reflexões e experiências. Brasília: Ministério da Educação, 2003. 170 p. (Programa diversidade na Universidade; Cordenação: Marise Nogueira Ramos; Jorge Manoel Adão; Graciete Maria Nascimento Barros). Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002114.pdf>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

Bibliografia Complementar:

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).

KASSAR, Monica de C. M. **Diálogos com a diversidade**: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

FÁVERO, O.; IRELAND, T.d. (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Mec/secad; Unesco, 2007. (Educação para todos). Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. 154 p. ISBN 978-85-86583-44-5

TECNOLOGIA APLICADAS A EDUCAÇÃO	Carga Horária (h) 40	Créditos
Teórica	15	1
Prática	15	1
TOTAL	30	2

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
--------------------	----------------	-----------------	-----------------------	------------------------

Ementa:

Educação e tecnologias da comunicação e da informação: problematização da técnica e da tecnologia. Utilização das tecnologias da comunicação e da informação no processo ensino-aprendizagem. Constituição de comunidades virtuais de aprendizagem. Implicações pedagógicas e sociais do uso das redes digitais na educação.

Bibliografia básica:

COSCARELLI, Carla Viana (Org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 143 p. (Coleção leitura, escrita e oralidade).
LITWIN, Edith. **Tecnologia educacional: políticas, histórias e propostas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. 203 p.

Bibliografia Complementar:

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. 3.ed. São Paulo: Editora 34, 2010. 270 p. (Coleção trans).
TENÓRIO, Robinson Moreira. **Cérebros e computadores: a complementaridade analógico-digital na informática e na educação**. São Paulo: Escrituras, 2001.
[SOUSA, Robson Pequeno de](#); MOITA, Filomena da M. C da S. C.; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias digitais na educação**(Org.). **Tecnologias digitais na educação**. Campina Grande: eduepb, 2011. ISBN:9788578791247. Disponível em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.
CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo (org.). **Docência em ambientes de aprendizagem online**. Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN:9788523211844. Disponível em Acesso em: <<http://books.scielo.org/>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2017.
BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca, **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. 978-85-232-0840-0. Disponível em:

http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/4859_. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017.

AValiação DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL		Carga Horária (h) 40		Créditos	
Teórica		30		2	
Prática		15		1	
TOTAL		45		3	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de	
Ementa:					
Avaliação do processo ensino-aprendizagem na prática do professor EBTT: avaliação nos diferentes níveis e modalidades de educação profissional e tecnológica. Pressupostos epistemológicos, históricos e filosóficos da avaliação e suas implicações. Concepções de avaliação.					
Bibliografia básica:					
HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora : uma prática em construção da pré-escola à universidade. 30. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. 157 p.					
LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem escolar : estudos e proposições. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 180 p.					
FELDENS, Dinamara Garcia. NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do. BORGES, Fabrícia Teixeira (Org.). Formação de professores e processos de aprendizagem : rupturas e continuidades. Salvador: Edufba, 2011. 330 p.					
Bibliografia Complementar:					
CARVALHO, Mirtes Gonçalves Honório de. CARVALHO, Marlene Araújo. Avaliação da aprendizagem: uma evolução histórica . Disponível em: www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/.../GT10_5_2002.pdf . Acesso em 01.12.2013.					
DEPRESBITERIS. Léa. Avaliação da Aprendizagem do Ponto de Vista Técnico-Científico e Filosófico - Político . Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p161-172_c.pdf . Acesso em 01.12.2013.					
MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. Ensino : as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986. 119 p. (Temas Básicos de Educação).					
PERRENOUD, Philippe. Avaliação : da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/educ142.htm . Acesso em 01.12.2013.					
ZABALA, Antoni. A prática educativa : como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998. 224 p. (Biblioteca Artmed)– Fev 2004.					

ATIVIDADES EM EXERCÍCIO DO CICLO DOIS		Carga Horária (h)	Créditos
Teórica		15	1
Prática		85	5
TOTAL		100	6

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
-------------	---------	----------	----------------	-----------------

Ementa:

O planejamento didático e o trabalho docente. Estratégias para organização de atividades didático-pedagógicas. Planejamento, execução o acompanhamento de atividades de ensino. Experiências em diferentes espaços do ensino: salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, entre outros. Perspectivas de pesquisas e de investigação acerca dos rituais e da dinâmica pedagógica nos processos de ensinar e de aprender na Educação Profissional.

Bibliografia básica:

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010.

Bibliografia Complementar:

CANDAU, Vera Maria. (org.), **Didática, currículo e saberes escolares**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

FÁVERO, O.; IRELAND, T.d. (Org.). **Educação como exercício de diversidade**. Brasília: Mec/secad; Unesco, 2007. (Educação para todos). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2017

KASSAR, Monica de C. M. **Diálogos com a diversidade**: desafios da formação de educadores na contemporaneidade. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de Fartes; BUENO, Vera Lúcia. **Currículo, formação e saberes profissionais**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/1046>. Acesso em 10/02/2017

CICLO TRÊS

LIBRAS		Carga Horária (h)	Créditos	
Teórica:		30	2	
Prática:		30	2	
TOTAL		60	4	
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de

Ementa:

História, língua, identidade e cultura surda, linguagem corporal e expressão. Visão clínica e sócio antropológica da surdez. Abordagens educacionais para surdos. Aspectos linguísticos: noções básicas de fonologia, morfologia, semântica e pragmática da língua de sinais. Vocabulário básico da Libras.

Bibliografia básica:

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 3. ed. São Paulo: USP, 2008. V.1. 01 ex.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 3. ed. São Paulo: USP, 2008. V.2. 01 ex.

FELIPE, Tânia A. **Libras em contexto**. Brasília: MEC/SEESP, 2007

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

KARNOPP e QUADROS. **Língua de Brasileira de Sinais: Estudos Linguísticos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SÁ, Nídia Regina de. **Cultura, poder e Educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei n.º.10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25.4.2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art.**

18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23. dez .2005.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA		Carga Horária (h)	Créditos
Teórica		15	1
Prática		30	2
TOTAL		45	4

Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de
-------------	---------	----------	----------------	-----------------

Ementa:

Conceitos, marcos históricos e socioculturais. Princípios e Fundamentos da Educação Inclusiva. Aspectos legais e documentos básicos para inclusão. Caracterização, Avaliação e identificação das necessidades educacionais específicas das pessoas com Deficiência, Transtorno Global do desenvolvimento, Autismo e Altas Habilidades/ superdotação . O Atendimento Educacional Especializado e a formação de redes de apoio.

Bibliografia básica:

DINIZ, D. **O que é deficiência?** Brasiliense. São Paulo, 2012.

FIGUEIREDO, Rita Vieira de. BONETI, Lindomar Wessler. POULIN, Jean-Robert (org) **Novas Luzes sobre a inclusão escolar.** Fortaleza: Edições UFC, 2010

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** 2ª. ed. São Paulo: Moderna, 2006

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto alegre: Artmed, 2003.

SKLIAR, C. (Org.). **Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial.** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2001

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 07. jul .2015

_____. Ministério de Educação e Cultura. Resolução 4 CNE/CB de 2 de outubro de 2009.

Diretrizes operacionais do atendimento educacional especializado para a educação especial na educação básica. Brasília, 2009b. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2014.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 1996. Disponível em:

<<http://www.mec.gov.br/legis/pdf/lei9394>>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>>. Acesso em: 14 Dez. 2013

PESQUISA EM EDUCAÇÃO (TCC/PROJETO DE INTERVENÇÃO)		Carga Horária (h)	Créditos		
Teórica		15	1		
Prática		15	1		
TOTAL		30	2		
Obrigatória	Código:	Período:	Pré- Requisito:	Departamento de	
Ementa:					
O ambiente escolar como campo de pesquisa. A pesquisa da prática docente. Construção do Projeto de Intervenção Pedagógica nos ambientes formativos do Instituto.					
Bibliografia básica:					
FAZENDA, Ivani. Metodologia da pesquisa educacional . Cortez. SP. 2001.					
GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. de Aguiar. Cartografias do trabalho docente . Campinas: Mercado das Letras, 2003.					
MACEDO, Roberto Sidnei. Pesquisar a Experiência : compreender/mediar saberes experienciais. Curitiba, PR: CRV, 2015.					
SEVERINO, Antônio Joaquim (org). Novos enfoques da pesquisa educacional . 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007					
Bibliografia Complementar:					
ANDRÉ, Marli (Org). Etnografia da prática escolar . Campinas: Papyrus, 1995					
FAZENDA, Ivani.. Novos enfoques da pesquisa educacional . 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.					
GARCIA, R.L. (Org.). Método : pesquisa com o cotidiano. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.					
LUDKE, Menga. O professor e a pesquisa . Campinas, SP: Papyrus, 2001.					
OLIVEIRA, I.B.; ALVES, N. (Org.). Pesquisa no/do cotidiano das escolas : sobre redes de saberes. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.					

ATIVIDADES EM EXERCÍCIO DO CICLO TRÊS		Carga Horária (h)	Créditos		
Teórica		15	1		
Prática		85	5		
TOTAL		100	6		
Obrigatória	Código:	Período:	Pré-Requisito:	Departamento de	
Ementa:					
A intervenção no trabalho docente. Modos de pesquisar a ação pedagógica. Pesquisa da prática como ação de atualização das teorias e da prática. Projeto de Intervenção.					
Bibliografia básica:					
ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. Transposição Didática: por onde começar? . SP: Editora Cortez, 2011					
FAZENDA, Ivani. Metodologia da Pesquisa Educacional . SP: Editora Cortez, 12 ^a ed., 2010.					
LUDKE, Menga. O professor e a pesquisa . Campinas, SP: Papyrus, 2001.					
FAZENDA, Ivani C. A. (org.) Didática e interdisciplinaridade . São Paulo: Papyrus, 2008.					
Bibliografia Complementar:					
ANDRÉ, Marly. O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática dos Professores . Campinas, SP: Papyrus, 2008.					
DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa . Campinas, SP: Autores Associados, 2007.					
GERALDI, Corinta M.; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete M. de Aguiar. Cartografias do trabalho docente . Campinas: Mercado das Letras, 2003.					
IMBERNÓN, F. Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. (Questões da nossa época, v. 77).					
MACEDO, Roberto Sidnei. Pesquisar a Experiência: compreender/mediar saberes experienciais . Curitiba, PR: CRV, 2015.					